



casadesarmento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

BOLETIM

Sessão de 3 de Abril

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto M. Fernandes, P.^e Anselmo da Conceição e Silva, José Luís de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Sendo esta a primeira reunião de Direcção depois de reeleita em Assembleia Geral de 16 de Março, procedeu-se, em conformidade com o disposto em o n.º 19 do Regulamento e 8.º dos Estatutos, à sua organização, ficando assim constituída:

Presidente — Dr. Eduardo d'Almeida; Vice-Presidente — Dr. Gonçalo de Meira; 1.º Secretário — Alberto Vieira Braga; 2.º Secretário — Dr. Alberto Martins Fernandes; Tesoureiro — Francisco Martins; Vogais — José de Pina e P.^e Anselmo da Conceição e Silva.

Os encargos administrativos foram também assim distribuídos:

Revista de Guimarães — Dr. Eduardo d'Almeida; *Biblioteca* — P.^e Anselmo da Conceição e Silva; *Museus e Monumentos Nacionais* — José Pina; *Instrução e Arquivos* — P.^e Anselmo da Conceição e Silva; *Tesouro da Colegiada* — José Pina; *Citânia e Sabroso* — Dr. Alberto Martins Fernandes; *Propriedades* — Dr. Gonçalo de Meira.

Assumindo o lugar que lhe fôra destinado, o Sr. Presidente agradeceu o voto de confiança e amizade, bem imerecido, que mais uma vez os seus prezados colegas lhe quizeram dar. Não era, devia e precisava de o acentuar com insofismável clareza, sem uma viva e dolorosa contrariedade ao que tem de mais caro,

e sempre inalcançado!, em suas aspirações — a necessidade instantânea, cada vez mais nítida ao avizinhar da velhice, em que mal tocará, de se recolher ao estudo, de se confinar em trabalhos espirituais (neles vem pensando desde criança e nunca chegará a realizá-los) — que se via reconduzido, embora carinhosamente, a um encargo que, se muito lhe pesava medindo-lhe a responsabilidade, o enternecia pelo veemente, sincero e apaixonado interesse e respeito consagrados à *Sociedade Martins Sarmento*. Sem falsa, descabida e mesmo impertinente modéstia, podia sentir e realmente o afoitava a certeza de que as Direcções, a que tivera a honra — essa, sim, bem superior aos seus méritos — de presidir, alguma coisa de bom e duradouro, de puro, levantado e belo tinham feito, no exacto desempenho da sua missão, em proveito daquele tão querido lar da intelectualidade, do trabalho e da instrução vimaranenses. Não o desobrigava, antes lhe impendia, com serena crítica, reconhecer e confessar que a pequena obra realizada não correspondia nem ao brilhante renome, à ilustre e benemérita tradição ali colhida e guardada, nem ao papel que, no momento do século e atinentemente às necessidades do meio, a Sociedade Martins Sarmento estava destinada a cumprir. De um lado, a vida mental, embora aparentemente mais esparsa, restringiu-se, ou desviou-se para outras ocupações, um pouco, na cidade, se a tomarmos em relação com o que já fôra, ou mesmo com o que produziu num benéfico sentido de utilitarismo e progresso social. As iniciativas, que tem vindo aconselhando no decurso dos três últimos anos, embora somente apresentadas, e em proporções mínimas, depois de bem scientemente julgadas compatíveis com os nossos recursos e os costumes de nossos dias, alheios de sua natureza às solicitações do espírito, essas mesmas comezinhas iniciativas não tem logrado efectuá-las! Assim aconteceu com a sua proposta da criação do *Arquivo Municipal*, assim aconteceu com a apresentada em sessão de 21 de Março de 1923 relativa a umas conferências práticas dedicadas ao professorado primário. Os velhos monumentos da velha Guimarães, a velha capela de Santa Margarida do Castelo, tão curiosa, com o lageado cheio de inscrições tumulares,

o claustro e a própria igreja da Oliveira, aquela gloriosa Colegiada, casas típicas enquadradas em antigas ruas aqui e além, tudo continua votado ao mesmo ignorantíssimo abandono e desleixo. A nossa voz clamante apenas serve a esboçar sorrisos idiotas.

Quando amanhã nos julgarem a nós homens de hoje, ele quer ao menos, por dignidade do próprio nome, que a sua alma ressurgirá aqui a protestar que ele não foi réu de semelhantes crimes.

São, por outro lado, bem conhecidas — *cá dentro, mas não lá fora* — as dificuldades materiais com que a Sociedade vem lutando e que, se nunca a atemorizaram, a inibem de obras que aos olhos de todos se enfrentam como das mais precisas. Não lhe convém, para os seus colegas seria repisar o por demais sabido, estar a desenvolvidamente expor... o que tem sido este nosso verdadeiro pesadelo. Mas nas actas da Sociedade Martins Sarmento deve gravar-se, como inconteste, que nós diariamente pensamos no melhor museu em que pudesse estar exposto o Tesouro da Colegiada, na conveniente arrumação e guarda do Arquivo da Colegiada, na actualização da nossa biblioteca, que é riquíssima, na instalação conveniente do serviço de leitura e estudo, dentro da própria Sociedade, e na melhor forma de continuarmos a honrar o nosso programa de promotores da instrução popular no Concelho de Guimarães. Somente a nossa vontade, melhor direi a nossa ânsia tem deparado um problema, por enquanto insolúvel. A receita que nos é atribuída para a biblioteca, por exemplo, é simplesmente, hoje, ridícula. O nosso orçamento, na despesa, soma-se por uma indeterminada quantidade de milagres que temos visto aparecer... mas com os quais nem sempre poderemos contar. Reconduzido ao justo equilíbrio entre a receita e a despesa, a nossa acção ficava, imediatamente, aniquilada para a mais pequena tentativa.

Não importa. A velha frase de que os obstáculos são incentivos tem sido para nós duma verdade flagrante.

Em seguida, disse:

«Os jornais do Porto de hoje trazem a notícia do falecimento dum filho muito ilustre de Guimarães — *Bernardo Valentim Moreira de Sá*. Se não estivesse

já convocada esta reunião, teria tomado a iniciativa de a pedir para lavrarmos na acta um voto de fundo e sentido pesar.

Em sessão de 15 de Janeiro de 1891, o distinto advogado, nosso saudoso sócio fundador, Dr. Avelino Guimarães, propunha à Direcção fôsse nomeado sócio honorário, segundo o preceituado no art. 5.º dos Estatutos, Bernardo Moreira de Sá: «distinto professor da Escola Normal do Pôrto, excelente escritor de livros de instrução secundária e artística, e auxiliar prestimoso desta corporação, tendo abrilhantado, como violinista de mérito superior, espectáculos públicos em benefício da *Sociedade Martins Sarmiento*». Foi proclamado em Assembleia Geral de 4 de Fevereiro, conjuntamente com o Dr. Alberto da Cunha Sampaio e Dr. Inácio Teixeira de Menezes.

Apanhados de surpresa pela notícia da sua morte, não tivemos tempo sequer, o que entristecidamente lamentamos, de irmos ao Pôrto para tomarmos parte no seu funeral (17 horas) que se realizará à hora precisa para que estava convocada esta reunião, e nem pensamos em lhe traçarmos agora o belo, o admirável perfil de artista, de professor, de polígrafo, de homem de superior cultura intelectual e de rara envergadura moral. Os jornais do Pôrto reproduzem a frase lapidar de *Oliveira Martins*: «E de uma altura moral incomparável». Os seus livros demonstram, mais do que o talento, a sua dedicação pelo ensino, a sua bondade, a sua ternura de artista. O seu lar carinhoso é apontado como modelo. ¿Que mais será preciso dizer-se?

A sua morte enluta-nos. A expressão de sentimento, gravada na acta, vem-nos comovidamente do coração.»

E terminando propôs que desta parte da acta se enviasse imediatamente cópia à família do saudoso extinto e, no cumprimento duma velha e salutar disposição, consignada nas primeiras páginas do 1.º vol. da *Revista de Guimarães*, num dos próximos números se reproduzissem as notas biográficas daquele que foi, tam merecidamente, nosso sócio honorário.

Trataram-se vários assuntos referentes à conferência de 7 de Abril, a realizar pelo Sr. Dr. Jaime de Magalhães Lima.

Sessão de 30 de Abril

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Alberto M. Fernandes, José Luís de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Falou-se na possibilidade de um entendimento com a Caixa Geral dos Depósitos, para salvaguarda do museu da Colegiada de Guimarães. Como é este o momentoso assunto que prende actualmente as atenções da Direcção, foi resolvido efectuar alguns trabalhos no sentido de se obterem as indispensáveis regalias para melhor se acondicionar o tesouro.

Foram admitidos alguns sócios.

O Sr. Presidente pediu alguns dias de descanso em virtude de se encontrar adoentado, prometendo, caso pudesse, presidir à próxima sessão.

Sessão de 20 de Maio

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto Martins Fernandes, P.^e Anselmo da Conceição e Silva, José Luís de Pina e Alberto V. Braga, Secretário.

Foi, por proposta do Sr. Presidente, manifestada a urgência de se convocar uma assembleia geral extraordinária para o dia 23 de Maio, a fim de se tratar da defesa do Liceu Central Martins Sarmiento, que por decreto do Governo ficou sem o Curso Complementar de Letras. A esta proposta o Director Sr. P.^e Anselmo da Conceição e Silva adicionou a vantagem que havia em serem convidados todos os representantes das colectividades de Guimarães e imprensa, para a esta assembleia geral assistirem todos os elementos de valor e destaque e consequentemente interessados no magno assunto que vai debater-se e tratar-se. Resolvido.

O Director Sr. Dr. Gonçalo Meira fêz à Direcção da Sociedade a exposição de todos os trabalhos de protesto dirigidos às entidades competentes sobre a capela do extinto convento de Santa Clara ⁽¹⁾, logo que soube da permanência nesta cidade de alguns funcionários da Comissão Central da Execução da Lei da Separação e que vinham arrolar todos os bens nela existentes para serem postos em almoeada.

S. Ex.^a, que estava com a presidência desta Sociedade, interessou-se desde logo pelo assunto e o seu esforço foi aturado no sentido de evitar mais um atentado previsto de lesa-arte, que muito iria desgostar a gente da nossa terra, profundamente tradicionalista e pacata.

O primeiro passo do Sr. Vice-presidente foi enviar um telegrama ao Director Geral de Belas Artes, junto ao Ministério da Instrução, concebido nestes termos:

(1) Publicamos na íntegra e neste lugar, porque bem o merecem, umas notas curiosas, esclarecimentos muito apreciáveis, sobre a capela do extinto convento de Santa Clara, que nos foram fornecidas pelo Sr. João Lopes de Faria:

Em 8-II-1731, na nota de Manuel Pereira da Silva, a abadesa D. Inês Maria de Santa Rosa e seu convento de Santa Clara contratam, por escritura, com Manuel Luís, mestre de pedraria, morador no lugar da Ponte, freguesia de Santa Maria de Leça do Balio, e Manuel da Costa, mestre pedreiro, de Luso, freguesia do Salvador de Moreira, da comarca do Pôrto; aos quais, elas, por serem elles dos melhores mestres que havia neste contorno e que deram o menor laço numa obra que elas tinham pôsto em arrematação, lhe entregaram, nas seguintes condições: «se ha de fazer na capella-mor acrescimo para traz quinze palmos em desbão porém ira para a grossura a mesma pedra que está atraz do altar mor e não ha-de ter mais largura e de fiadas de esquadria na forma de que se acha e alem de que em toda a capella mor terá mais de altura donde está para cima sete palmos e lhe farão duas frestas uma de cada parte que terá cada uma onze palmos e meio de alto e de largo quatro a correspondência das outras e lhe farão mais uma janella que servirá de tribuna para se ouvir missa da casa da enfermaria que terá de alto quatro palmos e de largo seis ou o que melhor couber e melhor for e na mesma parede farão dentro na tribuna outra janella para dar a communhão para a enfermaria que se fará como melhor acomodar e ellas quizerem e farão mais um portal da sacristia para a tribuna que ha-de ter de alto nove palmos e de largo quatro e meio e se fará n'este portal tres degraus de pedra embutidos na parede fazendo forma de subir para a tribuna e na empena da dita capella-mor lhe farão duas piramides bem feitas com uma cruz com seus

«Sociedade Martins Sarmento tendo presente relatório Dr. José de Figueiredo e officio dessa Direcção Geral livro 3 n.º 93 (266) roga a V. Ex.^a se digne tomar as providências necessárias contra destruição capela Santa Clara desta cidade projectada para muito breve. Segue officio.»

Um dia depois, seguia para Lisboa o officio:

«Ex.^{mo} Sr. Director Geral de Belas Artes — Ministério da Instrução Pública — Lisboa —:

Encontram-se nesta cidade dois empregados da Comissão Central da Execução da Lei de Separação que vêm por esta incumbidos de venderem o recheio (móveis e imóveis) da Capela de Santa Clara.

Como o Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Figueiredo no seu relatório de 5 de Setembro de 1921, apresentado ao Ex.^{mo} Ministro da Instrução, diz a propósito desta capela: «... Ora se o vandalismo cometido não é infelizmente e de todo remediável, maior seria elle vendendo-se e deslocando-se o que nessa igreja ainda está no seu lugar

pedestaes tudo metido em sua medida e farão mais a empena do arco cruzeiro com sua cornigem toda nova com piramides e cruz correspondentes ás da capella mor e lhe farão mais uma piramide á beira do mirante correspondente ás mais e por detraz da tribuna lhe farão as luzes que o mestre d'este trabalho e assim mais mudarão os ditos mestres os presbyterios onde forem necesarios e lhes metterão um degrau dos que tem. E assim mais farão e accrescentarão na casa da enfermaria e sacristia vinte e sete palmos de comprimento para baixo e lhes farão tres frestas em baixo de alto tres palmos e de comprido cinco e meio apiladas por dentro e por fora levará a casa sobredita em cima dellas janellas rasgadas para a parte da horta com as mesmas pedras e grades que tem e para a parte do nascente lhes farão outras duas de novo rasgadas ou de peitoril como ellas quizerem e lhe porão a mesma cornigem correspondente á que está e assim serão mais elles mestres obrigados a metter tres frestas no coro de cima que terão de altura quatro palmos e de largo seis e m'isto se entende o vivo (?) e que toda a dita obra será feita de pedra de galho como se acha a mais e só as frestas e piramides e cornigens e o degrau da capella-mor e cruzeiros e frestas será tudo de pedra fina a que serão obrigados os ditos mestres a quebrar a pedra carretos e tudo até a pôr levantada e para o assentar da obra lhes darão ellas Religiosas a cal necessaria para elles amassarem e que tambem lhe darão o saibro necessario posto aonde se amassar e que por toda a obra lhes darão seiscentos e sessenta mil reis e para o monte lhes darão feijão para elles lá mandarem fazer e vindo para a obra lhes darão o caldo tudo para os ditos officiaes e para o mestre lhe darão sempre des o principio da obra ate o fim uma ração de freira inteira conforme elle a quizer ou ja temperada.» Testemunhas o cônego de Braga, Gonçalo António de Sousa Lobo e o capelão do convento, Padre Manuel Vaz.

e que, arranjado e consertado, pode ser utilizado como documento de estudo e elemento de turismo, uma vez que se expurgue o que ali há de mais recente data...». E como esta Sociedade M. Sarmen- to desde o seu início (há mais de 40 anos) tomou sempre o encargo de defender a conservação de todos os monumentos que com a his- tória e arte de Guimarães tem ligação, em nome da mesma Socieda- de trago este facto ao conhecimento de V. Ex.^a, pedindo-lhe que, servindo-se da sua influência pessoal e da que lhe advém das fun- ções públicas que dignamente exerce, obste à venda da Capela de Santa Clara de Guimarães, venda que o Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Fi- gueiredo classificou de vandalismo.

Devo informar V. Ex.^a de que veio há dois dias a Guimarães o Ex.^{mo} Sr. José de Brito, da Academia das Belas Artes, do Porto, para no interior da Capela referida escolher o que lá houvesse mais digno de figurar num museu e que S. Ex.^a de lá alguma coisa indi- cou que não devia ser posta em almoeda.

Mas devo também notar a V. Ex.^a que o Ex.^{mo} Sr. José de Brito veio a Guimarães para, perante o facto certo e terminante de se vender o recheio da Capela de Santa Clara, escolher aquilo que com valor artístico dessa Capela pudesse ser transportado e ti-

13-II-1731. A mesma abadessa e convento fizeram contrato, na nota do mesmo tabelião, com Ambrósio Coelho, escultor, mora- dor no lugar de *Urinhaes* (?), da freguesia de Santa Cristina de Serzedelo, a fazer-lhe um retabulo e tribuna e dois anjos, cuja obra fôra posta a lanços e por não aparecer melhor mestre e que a fizesse por menor preço, cujo lanço dêle foi de seiscentos mil réis, dando «a dita obra assentada e feita perfeita e acabada na forma que ha-de ficar para se dourar», a qual principiaria em dia de Páscoa de Flo- res e a daria acabada por todo o mês de Agosto de 1732, «na forma d'uma planta que ha-de apresentar a ellas religiosas que assigna- ram». Testemunhas o carpinteiro e o cônego de Braga, menciona- dos no contrato que segue.

13-II-1731. Escritura de contrato, na nota do tabelião Manuel Pereira da Silva, em que Jerónimo Lopes, carpinteiro, da rua das Molianas, se obrigou às freiras de Santa Clara, das quais era aba- dessa D. Inês Maria de Santa Rosa, a fazer-lhe a obra de carpintaria da igreja, sacristia, capela-mor e casa sobre a sacristia para enfer- maria, nas seguintes condições: «A capella-mor se ha-de fazer de novo e emmadeirada por cima toda de pernas novas e frechaes no- vos, forrada por cima de escama de peixe e ripada por cima de forro para assentar a telha, forrada por baixo em volta redonda liza e um frizo na forma do do retabulo, e o solho para a casa da tribu- na travejado e barrotado e outro por cima para a communhão da enfermaria na altura que for necessaria e um emmadeiramento de paus altos para encostar o retabulo e emmadeiramento para a casa nova que ha-de ser de pernas e forrada por baixo e travejada e tam- bem barrotada para assentar o foro que ha-de ficar sobre a sacristia e para a tribuna uma porta e suas escadas e na casa nova suas janellas rasgadas que são quatro que serão na forma das velhas,

vesse acomodações num museu, quando, segundo se me afigura, os técnicos que o Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Figueiredo desejava que fôsem consultados sobre o assunto, antes de se tocar na Capela de Santa Clara, deveriam ser perguntados sobre a conveniência da conservação da mesma Capela, restituindo-a ao seu primitivo cará- cter — ou, se, pelo contrário, o seu conjunto não revestisse mere- cimento algum que lhe desse direito a existir, esta Sociedade, se lhe fôsse entregue a Capela em questão, comprometer-se-ia a fazer nela tôdas as obras de restauro e conservação que lhe fôsem indi- cadas pelas estações técnicas competentes.

Saúde e Fraternidade. — Guimarães, 18 de Maio de 1924. — O Vice-Presidente, — *Gonsalo Meira.*

Nesta mesma sessão se resolveu, e na desconfiança de não sermos atendidos no todo do pedido, officiar à Comissão Central da Lei de Separação, pelo menos para que os objectos de mais valia dessem entrada nos nossos museus.

e que por tudo lhes darão a ferragem e pregos para pregar a ferra- gem e tudo o mais ferragem por conta do convento e pagaria por conta delle carpinteiro» e para tudo lhes pagariam trezentos mil réis, a qual obra principiaria logo que estivesse em termos da pe- draria. Foram testemunhas Gonçalo António de Sousa Lobo, cône- go de Braga e Ambrósio Coelho, escultor, da freguesia de Santa Cristina de Serzedelo.

Em 13-VII-1733, na nota do tabelião Manuel Pereira da Silva, a abadessa de Santa Clara, D.^a Inês Maria de Santa Rosa, e as frei- ras, que desejando fazer crecença na obra da igreja e fazer-lhe os lados, e juntamente pintar e dourar, e tinham pôsto tais obras a lanços, as quais entregaram a Manuel Gomes de Andrade, pintor, morador na rua da Caldeiroa, e a Ambrósio Coelho, escultor, mora- dor no lugar de *Crunhaes* (?), da freguesia de Santa Cristina de Serzedelo, por serem os que deram menores lanços, sob as condi- ções que se referem: «o 1.^o ha-de continuar com a pintura na for- ma e maneira seguintes: em primeiro lugar dourará o retabulo e tribuna e ilhargas e ha-de fazer tudo como é dourar encarnar e es- tofar e no tecto da capella maior ha-de fazer um quadro na forma que lhe insinuarem e 6 quadros nas ilhargas na dita forma e outro na tribuna e fará na volta do arco por cima da parte de dentro um cortinado fingido com seus rapases pegando n'elle e que os anjos que estão nas credencias e o primeiro banco do retabulo e frontal tudo dourado a brunido e que tudo será feito com ouro agemado e subido dos melhores e das melhores tintas o qual ouro correrá todo por conta do convento á vista d'elle mestre e pintará mais a sacris- tia a saber tecto o qual constará de quadros e estes serão os frisos com seu filete dourado e os quadros pintados de *Brotivo* (?) com tintas finas e com toda a perfeição possível e que mais pintará o la-

Leu então o Sr. Vice-presidente a seguinte petição para enviar imediatamente:

«Não concordando a Sociedade M. Sarmiento com o despojar de todo o recheio que existe adentro da capela do extinto Convento de Santa Clara de Guimarães, tendo já neste sentido manifestado o seu desgosto às entidades superiores e competentes, vem, na dúvida de ser atendida no justo apelo que formulou, pedir a essa Ex.^{ma} Comissão, na qual confia plenamente, lhe seja, para inteira satisfação desta colectividade e agrado público, cedido, como aliás já é de lei, tudo o que lá exista como valor artístico e histórico, tendo, como V. Ex.^{as} devem saber, a melhor acomodação dentro dos museus, hoje bastantemente enriquecidos, da Sociedade M. Sarmiento.

Saúde e Fraternidade. — Guimarães, 20 de Maio de 1924. — O Vice-Presidente. — *Gonsalo M. Meira.*»

O Sr. Presidente comunica que enviara ao seu amigo particular e sócio honorário desta Sociedade,

vatorio frestas e ferros tudo fingido de marmore com a perfeição possível e da mesma sorte ha-de ser as credencias da capella mor e portadas e um caixão onde se hão de metter os ornamentos da igreja que será pintado de angelina ou pau preto e que pintará a oleo as grades das mesmas frestas cuja obra fará na forma da planta que lhe mostraram e viu e assignou e a daria prompta e acabada em dia de Santa Clara d'este anno e não lhe sendo possível até então acabal-a o faria até ao fim de Outubro e por tudo lhe pagaria o convento 1:250\$000 reis. — O 2.^o disse que tinha também tomado da capella maior na forma da planta por elle assignada e que os fará na forma da dita planta des o friso para baixo até ao fim do proximo mez de Maio pela quantia de 180\$000 rs. que o convento lhe havia de pagar e elle mestre faria tudo á sua custa excepto ferros e chuimbo, sendo os pregos também á conta d'elle mestre.» Testemunhas o mesmo cônego de Braga e Francisco Duarte de Meireles, desta.

Em 4-VI-1739 António Luís, pintor, morador na rua de Santa Luzia, e Luís Lopes Pimenta, morador na rua do Guardal, por escritura na nota do tabelião Manuel Pereira da Silva, celebram contrato com a abadessa D. Josefa de Jesus Maria e seu convento de Santa Clara, para pintar e dourar dois altares colaterais na forma do da capella-mor, sem diminuição na profusão, como também as imagens dos ditos altares e um acréscimo dos mesmos, peanha para o lugar das bolas e a Senhora (da Conceição) e S. João Baptista, como também os pés do Senhor «que se hão de accrescentar nas floyas (?) da entalha e peanha ultima do altarmor da tribuna», cuja obra tendo sido posta a lanços, foi menor o déles que se obrigaram a fazê-la, pronta, até ao fim do próximo mês de Agosto, pelo preço de 220\$000 réis, que o convento lhe havia de pagar, bem como lhe forneceriam somente a estada para a pintura.

Sr. Dr. Alvaro de Castro, Presidente do Ministério, uma carta, descrevendo minuciosa e circunstanciadamente o que a Comissão Central da Lei de Separação tencionava fazer na igreja do extinto convento de Santa Clara. O Sr. Presidente, nessa carta, depois de instar que fôsse sustado o leilão, pedia a cessão, a esta Sociedade, da igreja, com todo o seu riquíssimo recheio, para nela ser instalado um museu de Arte-Sacra.

Sessão extraordinária de 31 de Maio

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalves de Meira, Dr. Alberto M. Fernandes, José L. de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

O Sr. Presidente comunicou que ao telegrama e officio enviados por esta Sociedade não se dignou responder o Ex.^{mo} Sr. Director Geral das Belas Artes.

A' petição que se fêz à Comissão Central da Lei de Separação veio a seguinte resposta:

«Presidente da Direcção da Sociedade M. Sarmiento:

Tendo procedido à verificação dos móveis, paramentos e alfaias que foram arrolados no edificio da igreja do extinto seminário dessa cidade, dois funcionários da Secretaria desta Comissão Central verificaram que dêsses objectos se encontram no museu dessa Sociedade, sem que esta Comissão Central tivesse autorizado a respectiva transferência para aí, como é de sua única e exclusiva competência, os seguintes:

Quatro arcanjos de madeira pintada, de tamanho regular; Dois anjos de talha, pequenos; Diversos pedaços de talha de bancadas e outra diversa; Dois bancos com assento de coiro, velhos; Uma moldura de talha, de tamanho regular, em mau estado; Uma estante de ferro, para missal; Uma cruz de pau santo, com embutidos de marfim e ornatos de bronze, estilo D. João V; Duas peanhas de talha; Cinquenta e seis azulejos; Dezanove jarras de louça, antigas e inteiras, e duas jarras de louça, antigas e partidas; Uma cadeira de coiro, muito velha; A Sagrada Família, com as figuras em ponto pequeno, faltando o Menino Jesus.

Como o Conselho de Arte e Arqueologia somente considerou digno de figurar no museu o grupo da Sagrada Família, os restantes objectos têm de ser entregues aos funcionários de Secretaria desta Comissão Central, que aí se encontram em missão de serviço.

Todavia, se apesar do parecer do Conselho de Arte e Arqueologia essa Sociedade julgar indispensáveis os objectos mencionados,

deve solicitar a sua cedência a esta Comissão Central, expondo as razões em que baseia o seu pedido, para se resolver de harmonia com as disposições legais e como as circunstâncias aconselharem. Lisboa, 26 de Maio de 1924.»

Nesta mesma altura, e em officio da mesma data de 26 de Maio, a Comissão Central diz dos objectos ao museu da Sociedade destinados:

«Comunico a V. Ex.^a que, de harmonia com o parecer do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a circunscrição, em sua sessão de 19 do corrente mês, esta Comissão Central mandou depositar no museu dessa Sociedade os seguintes objectos que pertenciam à igreja do extinto seminário de Guimarães:

Dois baixos relevos, um dos quais representa o baptismo de Cristo e outro a Família Sagrada; Um alto relêvo, que já se encontra no museu, representando a Fuga para o Egito; e Seis quadros a óleo, sendo dois grandes e quatro de tamanho menor, com as respectivas molduras, que se encontram na capela-mor.»

Ao primeiro officio respondeu esta Sociedade:

«Em resposta ao officio de V. Ex.^a, de 26 do corrente, apresso-me a informar de que esta Direcção por forma alguma se apossou dos objectos nesse mesmo officio citados e que faziam parte do espólio do Convento de Santa Clara, incorporados, como esta, nos próprios nacionais, no Ministério das Finanças.

Esses objectos foram entregues, em 26 de Agosto de 1921, à Direcção da Sociedade M. Sarmiento, pelo Sr. A. L. de Carvalho, como presidente da Comissão Concelhia dos Bens da Igreja, limitando-se a Sociedade M. Sarmiento a recolhê-los e como eram todos curiosos e dignos de figurarem no museu, esta Sociedade, sem encargo algum para o Estado, e apenas animada do desejo de os salvar de perdimento ou extravio, recebeu-os para esse fim e para esse fim os conserva.

Agradecendo a cessão dos objectos mencionados no mesmo officio de V. Ex.^a, pedimos ainda a cessão, para o museu, de uma mesa de mármore, que igualmente pertencia à sacristia da igreja de Santa Clara, não só pelo seu estado de conservação mas também por o ilustre architecto Marques da Silva, membro da Comissão de Arte e Arqueologia do Norte, no-la haver indicado como digna, e ainda porque, tornando-se agora raras, é pena não guardar algum exemplar perfeito, num museu, como monumento decorativo, e dos objectos em guarda nesta Sociedade, dignos seriam também de figurar no museu:

Alguns azulejos que, pelo menos, completem um desenho; 6 jarras para enriquecerem as colecções de cerâmica; 4 arcanjos de madeira pintada, de tamanho regular; 2 penhas e pequenos motivos de talha — por definirem uma época e uma certa técnica nesses trabalhos feitos em Guimarães.

Terminando, mais uma vez a Direcção desta Sociedade, e exclusivamente num sentido patriótico, acentua a necessidade — e di-

remos a justiça — de lhe ser cedida a dita igreja para instalação de um museu de Arte-Sacra, mas com a talha e azulejos que nela se encontram e que para esse efeito lhe criavam já o ambiente próprio. Guimarães, 28 de Maio de 1924.»

Por todos estes officios vindos da Comissão Central a Sociedade ia perdendo tôdas as esperanças de atingir o seu objectivo.

Numa última tentativa, o Sr. Dr. Gonçalo Meira tinha ido a Braga neste mesmo dia, 31 de Maio, de manhã, em missão especial, empregando junto de certas individualidades de destaque os seus esforços, para que à igreja de Santa Clara não chegasse o camartelo da destruição. Foram baldadas tôdas as suas tentativas. Uma vez esgotados todos os recursos que a Direcção desta Sociedade entendeu levar por diante, junto das entidades superiores, a Direcção resolveu ainda, visto que recebeu a desconsideração de ser notificada, no sentido de apresentar em Santa Clara, no dia 1 de Junho, para o leilão, todos os objectos que adentro dos museus há muito lá se conservavam, mandá-los entregar contra documento. E assim se procedeu.

Foi nomeada uma comissão composta dos Srs. Dr. Alberto M. Fernandes, José L. de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga para se entender com a Câmara de Guimarães sobre a questão do Liceu Central M. Sarmiento, conforme determinação da Assembleia Geral extraordinária de 23 de Maio.

Sessão de 4 de Junho

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto M. Fernandes, José Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Distribuíram-se serviços e despacharam-se trabalhos referentes à próxima conferência do dia 9 de Junho, que a esta Sociedade vem realizar o Ex.^{mo} Sr. Dr. Joaquim Costa.

Foi resolvido enviar à Ex.^{ma} Direcção dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais (Norte) Pôrto, o seguinte officio:

«A Sociedade Martins Sarmento, constituída em Guimarães em 1882 por um núcleo de intelectuais e de pessoas da mais categorizada posição social, em homenagem de consideração e simpatia pelo vulto proeminente de Martins Sarmento, dedicou-se desde o seu início principalmente à promoção da instrução popular neste concelho, que era então absolutamente rudimentar, à instalação de museus arqueológicos e a exercer a sua acção em tudo quanto representasse o progresso literário ou científico d'este povo.

A colecção da *Revista de Guimarães*, que forma hoje um monumento de estudos locais, dispensou sempre enternecido carinho a todas as reliquias do nosso passado.

Não será pois de estranhar que a actual Direcção desta Sociedade, muito particularmente, votasse o seu cuidado a tudo quanto representa a defesa do património artístico, já tam vandálica como desastradamente desmoriado, de tam histórica como nobre cidade.

Infelizmente, dada a incultura artística que no nosso meio se tem feito sentir, tanto nas classes populares como em muitos elementos das classes dirigentes, apenas fascinados pela abertura de largas e compridas avenidas, os nossos esforços, com dobrada má-gua do nosso coração de filhos e patriotas, não conseguiram ainda despertar a conhecida letargia burocrática.

Mas, na verdade, sangra-nos o espirito de revolta e quasi nos considerariamos cúmplices dum verdadeiro crime, se não viéssemos, claramente, invocar e pedir a atenção de V. Ex.^{as} para o estado miserando, indigno dum povo que tem o dever de zelar o culto da sua história, em que se encontra o figurado que, acima do portal da entrada da igreja da Oliveira, circunlava a desaparecida rosácea, e que é pela sua beleza escultural e architectónica um dos mais belos quadros do histórico templo. Deixaram-se crescer ervas por tal maneira que as figuras estão quasi encobertas, em risco de se perderem, o rendilhado gótico desaparece no tufo das parietárias, dando um aspecto hirsuto de muro escalavrado duma casa em ruínas.

Ainda neste edificio é urgente atender ao perigo eminente, talvez já insuperável, de perdimento, que correm os dois formosos túmulos dos Cogominhos, fundadores da torre quadrangular, em cujo plano inferior estão sepultos, donde se destacam as estátuas jacentes dos fundadores, varão e dona, pelo seu valor artístico e muitíssimo curioso dos trajes da época.

Por efeito da salitração da pedra de Ançã, salitração derivada da urina que por ali o rapazio livremente solta, esses dois túmulos estão quasi desfeitos. Seria da maior conveniência, aproveitando um elemento de estudo invulgar de indumentária, mandar imediatamente tirar o moide, em gesso, dessas estátuas, ver se se pode obstar, por qualquer modo, à devastação do salitre ou pelo menos evitar que êle contamine o altar, também muito interessante e também em pedra de Ançã, a testeira dos mesmos túmulos.

E ainda nos permitimos chamar a atenção de V. Ex.^{as} para o desamparo em que, pela tirada das grades vedatórias da entrada da igreja, ficou o padrão mandado erigir por D. Afonso IV em memória da batalha do Salado — e dentro do qual, no dizer do consciencioso historiador e distinto humanista, Sr. José Caldas, existe uma notável cruz normanda, que é um modelo da melhor architectura votiva do século XIV —, pela liberdade que deu ao transeunte, não

só de ali satisfazer as suas necessidades, como pela facilidade que trouxe ao rapazio de arremessar pedras, podendo assim danificar as quatro estátuas que ladeiam a cruz.

Não podemos sair da igreja da Oliveira, já agora, sem manifestarmos o nosso pesar pela brusca suspensão das obras do claustro, suspensão tanto mais inexplicável quanto é certo tratar-se duma obra de architectura notável e curiosa pela diversidade e pureza dos estilos, que essas mesmas obras apenas começadas ainda mais vieram revelar.

Esta Direcção, apelando para o patriotismo de V. Ex.^{as}, fá-lo com toda a veemência do seu amor a esta terra e a sentida comoção que lhe desperta o seu passado de glória, e fica aguardando que V. Ex.^{as} tomem resoluções, urgentes como as impõem a gravidade dos assuntos aqui versados, e condignas do grandioso monumento a que se referem.»

Em resposta ao último officio enviado por esta Sociedade, de 28 de Maio, recebeu-se da Comissão Central o officio que segue, datado de 2 de Junho e chegado hoje mesmo, no dia desta sessão:

«Comunico a V. Ex.^a que esta Comissão Central tomou conhecimento, em sua sessão de 31 do corrente mês, do officio dessa Sociedade do dia 28 do mesmo mês, e resolveu entregar ao museu dessa Sociedade, a título de depósito, os seguintes objectos, que pertenceram à igreja do extinto seminário dessa cidade:

Classificados pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 3.^a Circunscrição: 2 baixos relevos, um representando o baptismo de Cristo e outro a Família Sagrada; 1 alto relêvo, que já está no museu, representando a fuga para o Egito; 6 quadros a óleo, 2 grandes e 4 mais pequenos, com as respectivas molduras, que faziam parte da capela-mor.

Objectos não classificados, que já se encontram no museu: 4 arcanjos de madeira, com pinturas; 2 anjos de talha, pequenos; diversos bocados de talha de bancadas, e outra diversa; 2 bancos com assento de coiro, muito velhos; 1 moldura de talha, de tamanho regular, em muito mau estado; uma estante de ferro, para missal; uma cruz de pau-santo, com embutidos de marfim e ornatos de bronze, estilo D. João V; duas peanhas de talha; 56 azulejos; 19 jarras de louça; uma cadeira de coiro, muito velha.

Rogo a V. Ex.^a se digne enviar-me recibo destes objectos para se juntar ao respectivo processo e se anotar no arrolamento.

Quanto ao pedido do edificio da igreja, em processo especial esta Comissão resolverá como mais convier aos interesses dos serviços do Estado e como as circunstâncias aconselharem.»

Entretanto o acto tinha-se lamentavelmente consumado.

Foi resolvido responder a êste officio.

Sessão de 14 de Junho

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Alberto M. Fernandes, José Luís de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

O Sr. Presidente, depois de ler uma carta do Sr. Dr. Joaquim Costa, escrita nos termos mais fidalgos e penhorantes de agradecimento pela forma atenciosa e cativante como foi acolhido nesta casa durante os dois dias da sua permanência entre nós, passa à ordem do dia e esclarece os seus colegas de Direcção:

Diz S. Ex.^a ser manifesta e cada vez mais imperiosa a necessidade que há em colocar o Tesouro da Colegiada em salvaguarda e em condições de acessível visita. E como desde há muito, neste assunto, a Sociedade tem empregado todos os seus esforços na possível maneira de conseguir a mais viável solução, chegou-se agora ao termo duma ideia que vai lançar-se e expor-se ao público, manifestando para êste fim, o Sr. Presidente, a urgência de se convocar uma Assembleia Geral extraordinária, onde estejam representadas as forças vivas da cidade, a imprensa e tôdas as criaturas de representação social e de amor a esta terra de tradições e patriotismo, e assim, num ambiente próprio, de força e predomínio, a Sociedade aguardará a aprovação da ideia, que amparada pela ajuda e boa vontade de todos, caminhará na possível solução de tam momentoso quam importante problema.

Resolvido convocar a Assembleia Geral extraordinária o mais brevemente possível.

A comissão encarregada de se entender com o Sr. Presidente da Câmara sobre a supressão da classe de letras no nosso Liceu Central M. Sarmento, comissão que levava plenos poderes da última Assembleia Geral extraordinária de 23 de Maio, onde foi unanimemente aprovada uma proposta do Sr. Dr. João Rocha dos Santos, no sentido de esta Sociedade ter um entendimento com a Câmara de Guimarães e deputados do círculo, deu conta dos seus trabalhos.

O Sr. Presidente da Câmara, depois de ouvir atenciosamente a exposição que se lhe fêz e de mani-

festada a pretensão da Sociedade Martins Sarmento, disse que no sentido de obter que a letra dêsse decreto nos poupasse, já tinha, ante o Ministro, instado e pedido. Todavia nada tinha conseguido, e no seu julgar nada se conseguirá de momento, atendendo a que o Ministro não está na disposição de alterar uma vírgula ao decreto. Uma vez que o actual Ministro abra uma excepção e comece a atender as pretensões desta e daquela terra, que são muitas e fortemente alentadas por partidários de pêso, será momento êsse propício para se representar e pedir, na certeza talvez de se colher o benefício desejado.

A Câmara de Guimarães, diz ainda S. Ex.^a, resolveu mesmo, e a instâncias de algumas Câmaras do País, que pedem o seu auxílio para secundar um movimento largo de representações, fazer, em momento oportuno, a sua representação a favor do liceu de Guimarães. Se assim a Comissão o entendesse, esperava-se o devido momento de agir, ou então a subida ao poder de outro Ministro da Instrução mais susceptível de atender aos numerosos pedidos que fervilham no propósito de serem dadas, aos vários liceus do País, as regalias perdidas. Mas se a comissão entendesse e quisesse, o que não achava, sob diversos pontos e quiçá melindrosos, muito razoável para já, que na Câmara dos Deputados alguma coisa dissesse, estava às ordens; mas seriam só palavras, sem poder chegar-se à viabilidade das obras, pelos motivos expostos.

A Comissão resolveu então esperar o momento oportuno de agir, prometendo mais S. Ex.^a falar com os deputados do círculo e fazer-lhes ver a pretensão da Sociedade.

Porque o assunto da igreja de Santa Clara apaixonou vivamente todos os vimaranenses, e só por isto, damos agora, até ao fim, cópia de todos os documentos e explicações de todos os trabalhos.

Ao officio tardio da Comissão Central, respondeu-se, como na última sessão se tinha deliberado:

«Recebemos o officio de V. Ex.^a de 2 de Junho, processo 7024, L.^o 11, F.^{as} 206, 2.^a Secção.

A Direcção resolveu agradecer à Comissão, de que V. Ex.^a é digno Presidente, a cedência de alguns objectos para os museus da mesma Sociedade.

Infelizmente, obedecendo à intimação que nos foi feita, em officio de 26 de Maio referente ao mesmo processo e 1.^a secção, apresentámos na igreja do extinto Convento de Santa Clara os objectos que, pela forma muito claramente exposta em nosso officio anterior, tinham sido confiados a esta Sociedade.

Lamentamos não haver esta Sociedade recebido a tempo o officio comunicando a cedência desses objectos, que foram leiloados na arrematação do dia 1 do corrente.

Contando, porém, com a boa vontade manifestada por essa Comissão e com a dedicação das pessoas de Guimarães que já os arremataram, para obstar à sua saída desta terra, vimos comunicar a V. Ex.^a que nos seria fácil rehavê-los desde que essa Comissão entregasse o preço da arrematação aos respectivos arrematantes, resolvendo essa Comissão a melhor forma de levar a efeito este nosso pedido.

Mais uma vez chamamos a atenção de V. Ex.^a para a vantagem de ser cedida a esta Sociedade a igreja de Santa Clara, para instalação do museu de arte-sacra. Esta nossa insistência tem tanto mais razão de ser quanto é certo que, esta Sociedade, poderia enviar esforços para que não fôsem dali retirados certos objectos, que dão àquela igreja uma feição apropriada para um museu de arte-sacra.

Ficamos pois aguardando a breve resposta dessa Ex.^{ma} Comissão.

Guimarães, 6 de Junho de 1924.»

Este nosso officio teve da Comissão Central a resposta que segue:

«Acusando a recepção do officio de V. Ex.^a, de 6 do corrente mês, esta Comissão Central, sentindo que a sua resolução anterior, comunicada no officio do dia 2 deste mês, não pudesse ter sido tomada a tempo de se evitar a venda dos objectos nesse officio indicados e não classificados com valor artístico, informa V. Ex.^a de que está disposta a rescindir a venda desses objectos, se nisso concordarem os compradores, restituindo-se-lhes as importâncias das adjudicações, excepto 10 % sobre os preços das adjudicações, que pagaram para despesas da praça, mas para isso é necessário que eles declarem, por escrito, se aceitam ou não a rescisão da venda nas condições indicadas, declarações que V. Ex.^a deve enviar a esta Comissão Central, para ela resolver logo que regressem a Lisboa os funcionários que têm estado em comissão de serviço no norte do País e que são portadores do respectivo processo.

Quanto à cedência do edificio da antiga igreja do extinto Seminário de Guimarães, em processo especial oportunamente se resolverá.

Lisboa, 12 de Junho de 1924.»

Foi nomeada uma Comissão para se entender com os arrematantes no sentido de obter as respectivas declarações.

Sessão de 15 de Julho

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto Martins Fernandes, P.^e Anselmo da Conceição e Silva, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Foram admitidos alguns novos sócios.

O Sr. Presidente communicou que, em 30 de Junho, foi enviado à Comissão Central o officio seguinte:

«Como V. Ex.^a determinava em officio último, atendendo ao pedido desta Sociedade, para que enviássemos as declarações dos arrematantes dos vários objectos que pretendíamos para o nosso museu, vimos cumprir essa determinação, remetendo as duas declarações que nos foi possível obter. As mais que pretendíamos enviar a V. Ex.^a, diziam respeito a coisas miúdas e que já não estavam em poder dos arrematantes, não nos sendo possível, e apesar dos esforços feitos, obtê-los.

Vai a declaração da mesa de mármore, porque, sendo de valor, é sobretudo um exemplar curioso e perfeito e ficará bem adentro dos museus da nossa Sociedade. Este desejo mesmo o manifestámos já a V. Ex.^a em officio.

Segue outra declaração dos dois anjos de talha, que tinham já lugar próprio e marcado no museu.

Mais uma vez manifestamos a conveniência da cessão da igreja de Santa Clara de Guimarães, e quando não possa ser toda, como era nosso tam justificado desejo, ao menos a parte ocupada pelo altar-mor, porque, nesse caso, esta Sociedade procuraria ali instalar o Museu sem o retirar e, sem também despregar os quadros do mesmo altar e que lhe foram cedidos.

Agradecendo a atenção que nos tem dispensado, ficamos aguardando a resolução definitiva.»

Da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais — Norte, foi recebido o officio que segue:

«Tenho a honra de acusar a recepção do officio de V. Ex.^a, datado de 9 de Junho, acerca do estado em que se encontra a igreja de N. S. da Oliveira e seus anexos, e bem assim enumerando diversas obras que aí conviria realizar.

Sobre este assunto posso afirmar ter êle sido objecto de toda a minha atenção, e neste sentido tudo se encontra disposto para que, depois de findos determinados trabalhos de muita urgência, seja continuada a organização do projecto e orçamento das reparações do claustro, trabalho este que teve de ser em tempo interrompido.

No entanto, apesar deste contratempo, foi elaborado e aprovado em principio do mês de Junho findo um projecto de obras de

menor importância, mas igualmente úteis, as quais serão executadas logo que para tal fim possa ser concedida pelas instâncias superiores a dotação que em devido tempo solicitei.

Pôrto, 9 de julho de 1924. — O Engenheiro Director, — *Estêvão Tôrres.*

Foi resolvido enviar uma circular aos párocos das freguesias das proximidades da Citânia, pedindo-lhes que nas missas do dia, aos seus fregueses, encareçam aquela estância arqueológica e digam do seu valor, de forma e maneira a torná-la respeitada por todos, e ainda e muito mais por aqueles que sem o mínimo escrúpulo de consciência se deitam ao descarado roubo de pinheiros, roubando assim o que mais tarde pode formar uma receita razoável para certas obras de necessidade e de conservação que urge fazer-se ali, naquele local de investigação histórica, que hoje é visitadíssimo e admirado por nacionais e estrangeiros.

Sessão extraordinária de 9 de Agosto

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto M. Fernandes, José de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

O Sr. Presidente disse que convocou esta sessão extraordinária para comemorar o falecimento do nosso primeiro sócio honorário, o Ex.^{mo} Senhor Doutor Francisco Martins Sarmiento, que exerceu uma benéfica actuação educativa e moralizadora, criou raízes perduráveis na homenagem de seus amigos, formando a academia de que era mestre e sacerdotizou-se no mais puro e genuíno predomínio social.

Pela orientação criteriosa que imprimiu aos seus estudos, pela espantosa quantidade de material acumulado, pela extensa faixa de território que investigou e correu, pela soma interessantíssima de noções colhidas, apontadas ou postas a claro, pelo cuidado extremo, verdadeiramente meticuloso, da observação, escandecido pela sua ideia e serenamente rigoroso, o seu trabalho, a que se vem fazendo justiça e se impôs triun-

fantemente ao mundo científico, prestou à arqueologia, então alheada como ninharia maçada, os mais altos, os mais profícuos serviços.

A sua obra ficou. O seu incansável trabalho venceu. Frutificou a obscuridade paciente do seu sacrifício: é por isso que o seu nome honra o nome da nossa terra.

Propunha pois que se oficiasse a sua dedicada viúva, Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Sarmiento, significando esta nossa saudosa homenagem, fazendo votos pela conservação da sua existência.

Em seguida, e em sinal de sentimento, foi levantada a sessão.

Sessão de 15 de Agosto

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, Dr. Alberto M. Fernandes, José de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Foram exarados na acta votos de sentimento pelo falecimento de alguns consócios.

Foi resolvido elevar, conforme atribuições concedidas por uma assembleia geral, a jóia dos sócios, passando a 10 escudos, e a anuidade dos novos sócios que forem admitidos será de 12 escudos, e para os de fora da terra, devido às acrescidas despesas do correio, 15 escudos.

Resolvido enviar também, à Câmara de Guimarães, a seguinte representação:

«E' do maior agrado para esta colectividade o muito interesse que os programas de ensino oficial vigentes começam a dispensar ao estudo da Arqueologia e da Arte, não só pelas suas manifestações estéticas, mas ainda pela sua íntima ligação com a história de todos os povos,

De harmonia, pois, com o estatuído na Sociedade Martins Sarmiento — promover a instrução no concelho — e com o desejo de defender o precioso património artístico e histórico de Guimarães, que, na sequência de tantos séculos e de tantos vandalismos, ainda oferece um conjunto notabilíssimo de estudo, cumpre-nos solicitar da Ex.^{ma} Câmara a sua criteriosa atenção para o embelezamento das proximidades dos monumentos nacionais desta terra, os quais, juntamente com a bem conservada cortina de muralhas da

estrada de Fafe, constituem a melhor característica e o maior orgulho da cidade.

Para esta vetusta muralha, Ex.^{mos} Senhores, que viu esmorecer e quebrarem-se junto delas os assédios de Beltrom de Claquim, é que vão actualmente os nossos maiores cuidados, pedindo a sua conservação, pelo menos tal qual se encontram na sua grandeza e pura feição medieval.»

Sessão extraordinária de 8 de Setembro

Presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Eduardo d'Almeida, estando presentes os Directores Srs. Dr. Gonçalo de Meira, José de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Pelo Sr. Presidente foi dito que esta reunião extraordinária tinha sido convocada unicamente por um dever de gratidão e camaradagem, de saudade e estima, para o nosso colega de Direcção, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Alberto Martins Fernandes, que ultimamente fôra operado no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães.

Pela felicidade como corra a operação, do íntimo se congratulam os seus colegas, fazendo todos os votos de merecida estima pelo seu franco restabelecimento e para que breve o tenhamos nesta casa, ao nosso lado, perto do nosso coração.

Sessão extraordinária de 15 de Setembro

Presentes os Directores José L. de Pina, Francisco Martins e Alberto V. Braga, Secretário.

Esta reunião extraordinária foi convocada para lavrar na acta um voto de sentido pesar pelo falecimento do rev. Dr. Jerónimo de Almeida, tio saudoso do nosso querido e estimado presidente da Direcção.

A Sociedade recebeu, durante o semestre, as seguintes ofertas, pelas quais de novo testemunha o seu agradecimento aos generosos oferentes.

Para a biblioteca:

Livros

Dr. António Cabreira, 1 volume;
Dr. Jaime de Magalhães Lima, 12 volumes;
Dr. Eduardo d'Almeida, 1 volume;
Dr. Ezequiel de Campos, 1 volume;
Dr. Alfredo Pimenta, 1 volume;
Conselheiro João Franco, 1 volume;
Aillaud e Bertrand, 7 volumes;
Renascença Portuguesa, 2 volumes;
Ismael Alves da Costa, 100 volumes do livro de sua autoria — «Como se cultiva o algodão», exemplares para serem distribuídos como prémio, às crianças, na próxima festa de 9 de Março.

Para os museus:

João Teixeira de Aguiar, 23 notas diversas;
Domingos Alves Machado, vários fragmentos de cerâmica;
Fernando da Costa Freitas, diversos calendários.

No próximo número faremos referência às Revistas e Jornais recebidos.

ALBERTO V. BRAGA.